



PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

Reforma da Previdência

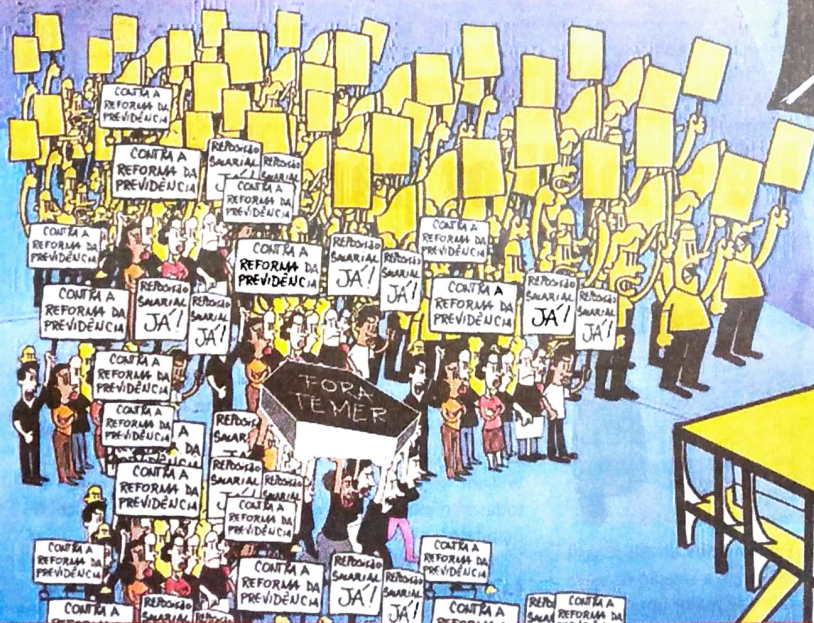
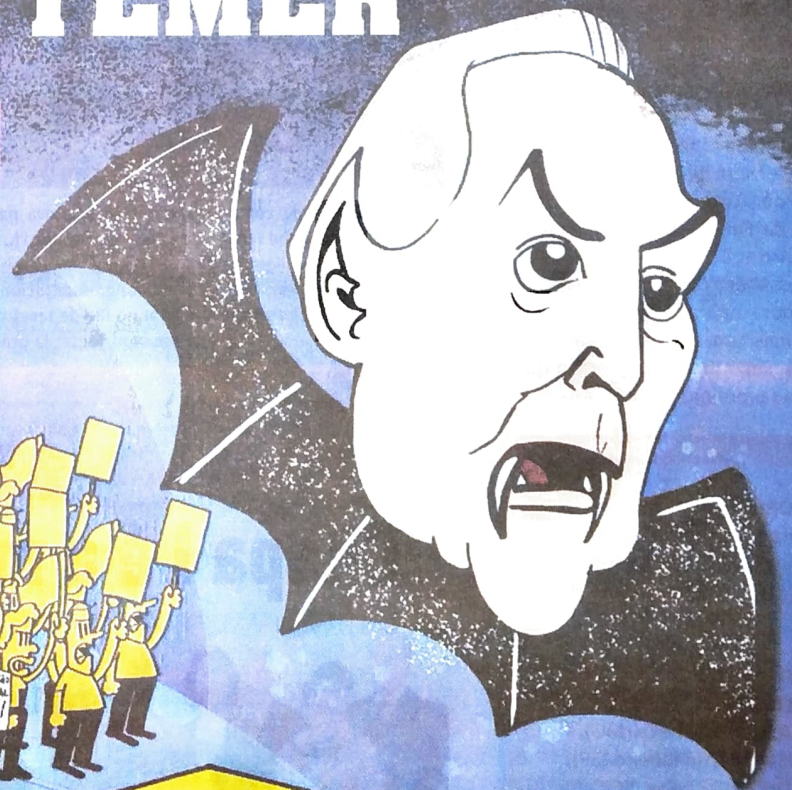
A VOZ DAS RUAS DERROTA TEMER

O governo e a mídia tentaram enganar a população dizendo que a reforma é a única forma de "salvar" o sistema previdenciário brasileiro. Queriam dificultar a aposentadoria, fazendo o povo trabalhar até morrer. Mas a classe trabalhadora foi para as ruas, protestou e fez Temer e o Congresso Nacional adiarem a votação.

PÁGINA 2

Cuidado!
Rescisão sem presença do sindicato pode acarretar perdas

PÁGINA 2



LUTA!
Dia Internacional da Mulher foi celebrado pelos sindicatos do Pactu

Página 4

Eleições na Cassi e na Funcef PÁGINA 2

COE Itaú cobra saúde PÁGINA 3

ELEIÇÕES DA FUNCEF

Pactu apoia Chapa do Participante

No período de 02 a 04 de abril haverá eleições na Funcef. O pleito vai eleger três diretores (Administração, Benefícios e Planejamento e Controladoria), dois titulares e dois suplentes para o Conselho Deliberativo, além de um titular e um suplente para o Conselho Fiscal.

Os Sindicatos do Pactu estão apoiando a Chapa do Participante, porque seus integrantes acumulam um importante legado de luta pela ampliação de direitos nos planos de benefícios da Funcef. A Chapa 1 vai lutar em defesa da Caixa 100% pública e implementar ações que promovam o equilíbrio dos planos, fortaleçam os direitos e garantam um futuro melhor para os trabalhadores.

A escolha dos representantes da Funcef será de duas formas: por meio do Autoatendimento no Portal da Funcef e pelo aplicativo da Fundação (disponível nas versões Android e IOS). Se a chapa vencedora não atingir maioria de 50% mais um dos votos válidos, haverá segundo turno, em data ainda a ser definida.

CHAPA DO PARTICIPANTE:

DIRETORIA EXECUTIVA:

Fabiana Cristina Meneguele Matheus (SP), Emanuel Souza de Jesus (BH) e Alvaro Augusto Hall (DF)

CONSELHO DELIBERATIVO:

Selim A. Salles Oliveira (MG), Valter San Martin Ribeiro (SP), Alana Cristina G. Silva (SC-Suplente) e Celeste Cássia da Fonseca (DF-Suplente)

CONSELHO FISCAL:

Carlos Augusto da Silva (SP) e Túlio R. Nogueira Menezes (CE-Suplente)

PRESSÃO DAS RUAS BARRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA



Panfletagem contra a Reforma da Previdência, em Umuarama

Na tentativa de construir uma saída honrosa para a derrota anunciada na Reforma da Previdência, caso fosse à votação, o governo Temer quis fazer parecer que a retirada definitiva da "reforma" na pauta do Congresso Nacional se deu por causa da intervenção militar no Rio de Janeiro. Na verdade, em novembro do ano passado Temer já previa a

derrota. Eles sentiram o calor das ruas contra essa verdadeira barbárie que iria liquidar com o direito da aposentadoria e matar os sonhos de milhões de trabalhadores. "Uma derrota sem tamanho para os golpistas e uma vitória que mostra a força dos trabalhadores brasileiros, que demonstraram uma imensa capacidade de enfrentar o golpe e a destruição do Estado democrático de direito", conforme definiu o presidente da CUT, Vagner Freitas.

NÃO GANHAMOS A GUERRA

A classe trabalhadora ainda não ganhou a guerra, pois está claro que o compromisso do governo é com a elite financeira nacional e internacional, entre elas os banqueiros. Temer mira agora contra empresas nacionais, como a Eletrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. As privatizações será um tema presente até o fim deste governo. Já está pronto, inclusive, o modelo de privatização da Eletrobrás e, após, a Caixa e o BB serão a bola da vez.

Nos dois bancos o desmonte está acelerado. Fechamento de agências, milhares de demissões via PDV e vendas de operações já são realidade. Um desmonte não só estrutural, mas, também, midiático já que as notícias veiculadas pela mídia comercial convergem para o desgaste do papel dos bancos públicos. São todas empresas estratégicas para o desenvolvimento do Brasil, mas, se privatizadas, passarão a servir não mais à sua população, mas aos lucros de companhias privadas. A ameaça é real e a luta para impedir que os golpistas dilacerem esse importante patrimônio dos brasileiros é urgente. A voz das ruas não pode calar.

ELEIÇÕES

Chapa 1 é a melhor para a Cassi



A Caixa de Assistência dos Funcionários do BB (Cassi) realizará entre os dias 16 e 28 de março, a eleição da nova Diretoria. Trata-se de um dos pleitos de maior importância na história da entidade, em função de mudanças impostas pelo governo Temer. Uma delas vem através da Resolução

23 da CGPAR, que aumenta as despesas dos associados, diminui a participação financeira do BB e, se não bastasse, ainda proíbe o ingresso de novos funcionários ao plano de saúde, medida esta imposta pelo mercado. Sem falar nos aumentos constantes no valor das consultas, exames, remédios, internações e outros procedimentos. Para enfrentar essa conjuntura complicada, os Sindicatos do Pactu apoiam e pedem votos na Chapa 1 "Em Defesa da Cassi". Encabeçada pelo dirigente sindical de São Paulo William Mendes. A chapa conta com representantes de todas as regiões do país e de vários segmentos do banco. O mandato terá duração de quatro anos.

Estão entre as propostas da Chapa 1: melhoria constante no atendimento, garantir a manutenção dos compromissos do BB e a sustentabilidade da Cassi, lutar contra as medidas da Resolução 23 da CGPAR, valorizar os Conselhos de Usuários e envolver o funcionalismo na defesa da Cassi.

ITAÚ COE cobra saúde, auxílio-alimentação e emprego



Representantes dos trabalhadores do Itaú se reuniram com o banco para tratar da saúde do trabalhador e outras questões que influenciam no cotidiano de trabalho dos funcionários do banco. O Grupo de Trabalho de Saúde se reuniu com representantes do banco dia 27/02. No dia 28/02 foi a vez da Comissão de Organização dos Empregados

(COE) do Itaú reforçar as reivindicações. Na pauta estiveram temas como o programa de readaptação profissional e as cláusulas 15, 29, 62 e 65 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários. A Cláusula 15 versa sobre o pagamento da cesta alimentação, a 29 sobre a complementação de auxílio-doença previdenciário e auxílio-doença

acidentário, a 62 trata sobre a criação dos Centros de Realocação e Requalificação e a 65 sobre o adiantamento emergencial de salários nos períodos transitórios especiais de afastamento por doença. Problemas como a transferência de trabalhadores após alta médica e homologações de rescisões de contrato de trabalho sem acompanhamento do sindicato, podendo ocorrer vários erros que prejudicam os trabalhadores, foram debatidos com o banco. “Cobramos solução urgente”, informa Sandra Regina Homeniuk, que representa os sindicatos do Pactu na COE Itaú. “Deixamos claro que queremos o retorno das homologações nos sindicatos, mas se isto não for possível, vamos acompanhar as rescisões nos locais indicados pelo banco”, disse. A próxima reunião com o Itaú está marcada para dia 23/03.

Descomissionamento: BB é denunciado no MPT

O Ministério Público do Trabalho (MPT) vai investigar o Banco do Brasil pelo descomissionamento de mais de 700 caixas em todo o país. A denúncia foi feita pela Contraf-CUT, depois que o banco anunciou continuidade do seu processo de reestruturação com redução de cargos, criação de outros e previsão de corte de 1.200 caixa nas

agências, postos de atendimento e PSO (Plataformas de Suporte Operacional). O movimento sindical tentam negociar com o BB no sentido de realocar e proteger a renda dos empregados, mas as medias adotadas pelo banco foram insuficientes para evitar o descomissionamento em massa. Para Wagner Nascimento, coordenador da Comissão

de Empresas dos Funcionários do BB, o banco age com mesquinha. “No ano passado, conseguimos a manutenção das comissões dos caixas por 4 meses e o BB, neste ano, se mostra mais intransigente acentuando a discriminação com os caixas”. A Comissão de Empresa dos Funcionários do BB aguarda a manifestação do MPT.

CUIDADO!

Homologação sem o sindicato é “roubada”

Os bancos estão usando a nova Lei Trabalhista para retirar direitos dos trabalhadores. Durante o mês de janeiro, os bancos Itaú, Santander e BB informaram aos bancários que estão sendo desligados que a homologação das rescisões não será mais feita nos sindicatos. Sem o acompanhamento da entidade de representação do trabalhador podem ocorrer várias irregularidades, como cálculos

errados, doenças ocupacionais ignoradas, mas que demandam afastamento e reintegração, documentos incompletos, falta de recolhimento FGTS sobre todo contrato (principalmente dos bancários do Itaú, oriundos do Banestado), preposto não orienta sobre plano de saúde, seguro de vida e curso de requalificação, anotação CTPS (etiqueta), ressalvas e possível estabilidade (tempo de

serviço e acidente de trabalho), entre outras.

“É preciso ficar alerta”, destaca Edilson José Gabriel, diretor do Pactu em Umuarama. “Se o bancário rescindir seu contrato de trabalho com o banco, a pedido seu ou não, deve solicitar o acompanhamento do sindicato na homologação, porque estão ocorrendo várias irregularidades nos acertos”, esclarece.

Liminar suspende efeitos da revogação do RH 151 pela Caixa

LIMINAR CONQUISTADA PELA CONTRAF-CUT MANTÉM A INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO, QUANDO HOUVER DISPENSA SEM JUSTO MOTIVO.



A desembargadora Maria Regina Guimarães, vice-presidenta do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região, deferiu no dia 28/02, liminar requerida pela Contraf-CUT, determinando a imediata suspensão dos efeitos da revogação do RH 151 pela Caixa Econômica Federal. Para a magistrada, RH 151 é norma interna da Caixa e, por isso, incorpora-se ao contrato de trabalho dos empregados, devendo ser respeitado.

Dessa forma, de acordo com a liminar, a Caixa deverá aplicar o normativo interno, procedendo a incorporação da gratificação de função para os empregados, quando houver dispensa da função sem justo motivo. Vale lembrar que o RH 151 prevê a incorporação da gratificação, quando: a) a dispensa da função gratificada/cargo comissionado efetivo/função comissionada, por interesse da administração (sem justo motivo) e, b) o exercício da respectiva função por período maior ou igual a 10 anos. “A revogação é uma vitória importante, pois o normativo era mais um ato do governo para desmontar e enfraquecer a Caixa”, comemora Zelário Bremm, diretor do Pactu em Toledo.

Dia Internacional da Mulher no Pactu

O dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, foi marcado por diversas manifestações por todo o mundo. O movimento feminista ocupou as ruas das principais capitais para protestar em defesa da democracia e pelos direitos das mulheres. No Brasil, as reivindicações também foram contra a ameaça aos direitos já conquistados e ao fim do retrocesso, promovido pelo atual governo.

Para a presidenta do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão, Nivalda Sguissardi Roy, o desrespeito e a violência contra a mulher são ainda problemas persistentes não apenas no Brasil, mas em vários países do mundo. "Precisamos desconstruir essa ideia de que a mulher é um ser frágil. Somos fortes, temos coragem e podemos ser o que quisermos ser dentro da sociedade. Não há justificativa para que uma mulher receba um salário menor que o homem. A mulher, além de trabalhar, ainda executa a dupla jornada, que é quando ela chega em casa e tem que cuidar do lar e dos filhos", disse Nivalda.

Os sindicatos do Pactu marcaram o Dia Internacional da Mulher com a distribuição de brindes, cartões comemorativos e a distribuição de um jornal produzido pela Secretaria da Mulher da Fetec-CUT/PR.

Campo Mourão

Paranaí


Imposto sindical agora é facultativo

Através da Lei nº 13.467/2017, a Reforma Trabalhista, o imposto sindical, passa a ser facultativo a partir de 2018, ou seja, o recolhimento não é mais obrigatório. Para os sindicatos, o fim desse imposto é a única parte boa da reforma, já que o resto é só retirada de direitos dos trabalhadores.

O imposto equivale a um dia de trabalho de cada empregado, descontado em folha uma vez por ano, normalmente no mês de março. Com a mudança, agora cabe às empresas descontarem a contribuição sindical apenas dos empregados que tiverem prévia e expressamente autorizado o seu recolhimento.

Desde 1943, quando a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) foi criada no governo Getúlio Vargas, 60% do total do imposto descontado do trabalhador eram destinados aos sindicatos. Os 40% restantes eram destinados às federações, confederações e ao Ministério do Trabalho que, por sua vez, repassava os recursos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e, desde 2009, também às centrais sindicais.

A CUT é contra o imposto sindical desde que foi criada, em 1983. Para a CUT, o imposto sindical só servia para desmobilizar os trabalhadores e fortalecer os sindicatos de fachada. No lugar do imposto, a CUT defende a contribuição negocial, definida em assembleia geral e vinculada a uma negociação coletiva.

ELEIÇÃO NO SEEB PARANAÍ

Nenhum direito a menos. Resistir sempre! É com este slogan que a chapa única, encabeçada pelo bancário Wendrel Minare Vieira, disputará a eleição da nova direção do Sindicato dos Bancários de Paranaí e Região. A votação acontece no dia 20 de março. Haverá urnas itinerantes coletando os votos nos locais de trabalho.

Intervenção no Rio "é mais um vexame de Temer", diz CUT

Em nota oficial sobre a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro, a CUT afirma que o Rio e o Brasil "precisam de uma intervenção social, com políticas públicas e geração de emprego e renda". Com apoio da grande imprensa, o governo tenta jogar uma cortina de fumaça sobre os inúmeros escândalos que o envolvem, como o inquérito que apura a participação de Temer em negócios escusos no Porto de Santos e a derrota política na tentativa de votar a reforma da Previdência. "Trata-se de uma ação militar mal planejada e sem objetivos claros", denuncia.

Para a CUT, a intervenção não vai resolver o problema da segurança no Rio. A nota afirma que a crise dos estados, principalmente no Rio de Janeiro, está ligada à aprovação da PEC 95, que congelou por 20 anos os investimentos em segurança, saúde e educação e reduziu os investimentos em políticas sociais. A intervenção militar no Rio é mais um capítulo na sucessão de erros e desmandos do atual governo, que expõe a população a todo tipo de violência, compromete a sobrevivência dos cidadãos e ainda expõe o Brasil a uma situação vexatória perante o mundo.